

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



NÚMERO DA INSCRIÇÃO DO CANDIDATO:

PARANAGUÁ PR, 24 DE SETEMBRO DE 2011

ASSINATURA:

ATENÇÃO! INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- 1. MARQUE APENAS UMA RESPOSTA POR QUESTÃO**
- 2. MAIS DE UMA MARCAÇÃO ANULA A RESPOSTA.**
- 3. FAÇA UM x NA RESPOSTA CORRETA.**
- 4. ASSINALE AS SUAS RESPOSTAS COM CANETA PRETA.**

**ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTO PARA
CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE PARANAGUÁ -
GESTÃO 2011/2014**

A prova de aferição de conhecimentos será realizada no dia 24/09/2011, às 13h30min, com o fechamento do portão às 13h00min em local a ser definido e divulgado com antecedência. Terá a duração de 04 (quatro) horas e 30 (trinta minutos), encerrando às 18h00min

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



I - Os candidatos deverão chegar ao local da prova com a antecedência de no mínimo 30 (trinta) minutos, munidos de caneta esferográfica preta e documento de identidade (com foto) e comprovante de inscrição.

II - O candidato que não comparecer ao local da prova para a sua realização será considerado automaticamente excluído do processo de eleição.

III - A prova não poderá conter identificação do candidato, somente o uso do número de inscrição indicado pela Comissão Organizadora, devidamente registrada no protocolo de inscrição.

No ato da realização da prova de conhecimentos específicos e gerais, objetiva e subjetiva (questões de análise), serão fornecidos o Caderno de Questões e folha de Rascunho. O candidato poderá, ao termino da prova, retirar-se da sala de prova levando apenas a Folha de Rascunho.

Ao terminar, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Questões.

Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital, incidirem nas hipóteses abaixo:

I - apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

II - apresentar-se para a prova em outro local;

III - não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

IV - não apresentar um dos documentos de identificação exigidos nos termos deste Edital, para a realização da prova;

V - ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

VI - ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) minutos a partir do início da mesma;

VII – se for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

VIII - se estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*paggers*, celulares, etc.);

IX - lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



- X - não devolver integralmente o material solicitado;
- XI - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

DA COMPOSIÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTO

O Processo constará de prova escrita de caráter eliminatório com 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha e 5 (cinco) questões dissertativas que versará sobre assunto relacionado à área da criança e do adolescente. Uma redação que deverá conter de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas conforme orientações a serem seguidas que constam do item REDAÇÃO.

Ao terminar, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Questões.

Não serão computadas questões não respondidas nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

As questões eventualmente anuladas serão consideradas corretas para todos os candidatos.

A comissão de organização do CMDCA – Paranaguá PR.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



PROVA

01) Assinale a resposta correspondente à alternativa que **COMPLETA** os espaços em branco.

"Detesto os _____ que não sabem conter o seu _____"

- a) mau-humorados / mau-humor
- b) mal-humorados / mau-humor
- c) maus-humorados / mau-humor
- d) mal-humorados / mal-humor

02) Assinale a alternativa onde a concordância está **CORRETA**:

- a) § 8º Antes de transitada em julgado a decisão que concedeu a adoção internacional, não será permitida a saída do adotando do território nacional.
- b) § 8º Antes de transitada e julgado a decisão que concedeu a adoção internacional, não será permitida a saída do adotando do território nacional.
- c) § 8º Antes de transitada em julgado a decisão que concedeu a adoção internacional, não é permitida a saída do adotando do território nacional.
- d) § 8º Antes de transitada e julgada a decisão que concedeu a adoção internacional, não será permitida a saída do adotando do território nacional.

03) Assinale a alternativa em que há **ERRO** de concordância:

- a) Art. 55 – Os pais ou responsável tem obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- b) Art. 18 – É dever de todos zelar velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor
- c) Art. 1 – Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



() d) Art. 9º - O poder público, as instituições e os empregadores propiciaram condição adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

04) “DNA não prova mais nada” Cientistas mostram que é possível falsificar amostras de sangue. Citado na Revista Super Interessante, Dezembro/2009, ed. 272, p.34:

Gil Grissom e a loira chegam à cena do crime, recolhem uma amostra de DNA, levam para o laboratório e a mágica acontece em pouco tempo, até os crimes mais misteriosos são desvendados. Não existe nada que os peritos do CSI não consigam descobrir. **Mas** na vida real, tudo isso esta caindo por terra. Um grupo de cientistas israelenses inventou um método para enganar os testes de DNA. Eles mostram que é possível produzir sangue e saliva falsificados, ou seja, que contem o código genético de outra pessoa. (...)

Segundo o Texto é **CORRETO** afirmar que:

- () a) Mais de uma pessoa pode possuir o mesmo código genético.
- () b) Os cientistas conseguiram provar que o teste de DNA é infalível.
- () c) O sangue e saliva podem ser contaminados com o DNA de outra pessoa.
- () d) O DNA não é mais um exame infalível na identificação de um criminoso.

05) Leia

Bullyng: marcas de violência na escola. Nossas pesquisas revelam de maneira inequívoca, uma relação significativa entre o clima “familiar” e a agressão e vitimização sofrida na escola.

(WEBER, Lídia. Bullyng: marcas de violência na escola,

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Jornal gazeta do povo, Curitiba, 05 de Julho de 2010).

No texto, a expressão “de maneira inequívoca” poderá ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- a) De forma errada.
- b) De modo preciso.
- c) De modo estranho.
- d) De maneira engraçada.

06) A Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, **CONSIDERA:**

- a) Criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) Criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- c) A idade de acordo com o desenvolvimento peculiar da pessoa.
- d) Criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até treze anos de idade incompleto, e adolescente, aquela entre treze e dezoito anos de idade.

07) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito ao respeito consiste:

- a) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvados as restrições legais.
- b) Na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



c) Exigir dignidade a criança e ao adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

d) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

08) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo no período de:

a) Um bimestre.

b) Um mês.

c) Um semestre.

d) Um ano.

09) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente a colocação em família substituta far-se-á mediante:

a) Tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

b) Adoção ou guarda, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

c) Guarda ou tutela, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

d) Guarda; tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

10) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Quanto à família substituta, baseando-se em questões de guarda, é **CORRETO** afirmar que:

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



I - A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

II - A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

III - A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas a I está correta.
- c) A I e II estão corretas.
- d) A II e III estão corretas.

11) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que:

- a) Possui mais de oito membros.
- b) Que é constituída por três filhos ou mais.
- c) Que possui filhos de pais ou mães diferentes.
- d) Estende-se para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.

12) Quanto à adoção, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



() b) Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro não se mantêm os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge, o concubino do adotante e os respectivos parentes.

() c) O adotante deve ser pelo menos dezesseis anos mais velho que o adotando.

() d) A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

() e) Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

13) A equipe Pedagógica de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicará ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de transtornos causados.

() a) Todas estão corretas

() b) Apenas a I está correta.

() c) A I e II estão corretas.

() d) A II e III estão corretas.

14) Ao adolescente aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I – noturno realizado entre as vinte e quatro horas de um dia e às três horas do dia seguinte;

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



II - comercial; contábil e degradante;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

- a) Apenas a I está correta.
- b) A I e III estão corretas.
- c) A II e IV estão corretas.
- d) A III e IV estão corretas.

15) Sobre política de atendimento à criança e ao adolescente, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- b) Far-se-á através de um conjunto não articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- c) Far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais.
- d) Far-se-á através de um conjunto articulado de ações não governamentais.

16) A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, distribui os deveres protetivos em relação à criança, ao adolescente e ao jovem. Nesta senda, assinale a alternativa que **MELHOR REPRESENTA** todas as atribuições do Estado:

- a) É dever de o Estado assegurar o direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- b) É dever de o Estado assegurar o direito à vida e à saúde.
- c) É dever de o Estado assegurar o direito à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura
- d) Todas as alternativas acima.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



17) Em seu art. 5º, a Constituição Federal de 1988 institui as garantias fundamentais a todos os indivíduos cidadãos. Dentre as tais garantias, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos, tendo obrigações diversas no que dispôr a legislação infraconstitucional;
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou da boa moral;
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- d) É livre a manifestação do pensamento, salvo à criança e ao adolescente, em decorrência de seu incompleto desenvolvimento intelectual, sendo vedado o anonimato.

18) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com as disposições constitucionais:

- a) É vedada qualquer distinção relativa à filiação, salvo quando justificada por Lei infraconstitucional.
- b) Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, salvo em caso de abandono afetivo por parte do genitor.
- c) São penalmente inimputáveis os menores de treze anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- d) O dever parental de assistir, criar e educar os filhos é compartilhado por ambos os genitores, ainda que um destes não possua a guarda da criança.

19) De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988 assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A proteção do bem-estar da pessoa idosa, bem como de seu amparo em caso de necessidade, compete exclusivamente ao Estado.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



() b) Em respeito ao princípio da municipalidade, expresso na Constituição Federal, as políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente serão exercidas exclusivamente pelo município.

() c) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

() d) O casamento é civil e onerosa a sua celebração, independente da situação financeira das partes.

20) Penélope, na data de 15/01/2008, abusa sexualmente de Mévio, criança nos termos da Lei. Considerando que na data dos fatos Penélope possuía 17 anos, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

() a) Apesar de ser inimputável a época dos fatos, se processada após atingir a maioridade, Penélope será considerada plenamente capaz, sendo processada junto à justiça comum.

() b) Sendo relativamente incapaz na época dos fatos, Penélope será processada na justiça especializada, ainda que já tenha completado 18 anos.

() c) Sendo inimputável na época dos fatos, será imputada a Penélope ato infracional, sendo este apurado pela justiça comum.

() d) Apesar de Penélope ser inimputável na época dos fatos, pelo fato da vítima ser menor de idade, e levando-se em consideração a natureza do delito, será processada junto a justiça comum.

21) De acordo com os termos da Lei 3.176 de 2011, que regula a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**:

() a) A recondução consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, submetendo-se a de eleição junto ao CMDCA, tendo sua recondução outorgada por meio de Resolução deste órgão;

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



- b) Ao conselheiro tutelar eleito é permitida uma recondução, sendo que mesmo após a eleição subsequente, ao fim de seu mandato, não poderá se candidatar novamente;
- c) O Conselho Tutelar é hierarquicamente submisso ao órgão municipal encarregado da execução da Política Municipal de Atendimento à criança e adolescentes
- d) Poderá o suplente ser reconduzido por mais de uma vez, desde que não tenha exercido a função como titular por mais de 6 (seis) meses, intermitentes ou consecutivos cabe ao Poder Legislativo dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio;

22) De acordo com o Art. 3º, da Lei 3.176/2011, são órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em âmbito municipal:

- I - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
- II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- III – Secretaria Municipal de Assistência Social
- IV – Conselho Tutelar

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) II, IV
- b) II, III, IV
- c) I, II, IV
- d) I, III, IV,

23) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com as disposições contidas na Lei 3.176/2011:

- a) A manutenção do Conselho Tutelar deve ser de dotação do orçamento da Assistência Social e da política de atendimento à criança e ao adolescente;
- b) É permitido aos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar, em suas campanhas, vincular sua imagem publicamente político-partidária.
- c) Os candidatos ou a pessoas a estes vinculadas deverão patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação;

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



() d) Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município;

24) Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Lei 3.176/2011:

() a) O Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas de serviço semanais e ainda os plantões.

() b) Com exceção do Presidente, todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso;

() c) O Conselho Tutelar é órgão autônomo, sendo facultativo o encaminhamento de relatório de suas atividades ao CMDCA, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude;

() d) O Conselho Tutelar não terá participação na elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

25) Dentro do contexto das disposições da Lei 3.176/2011, assinale a alternativa **INCORRETA**:

() a) O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva sendo incompatível com o exercício de qualquer outra atividade ou função pública ou privada;

() b) A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença, a partir do oitavo mês de gestação;

() c) Nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, a serem realizados pelo Conselho Tutelar, é desnecessária a participação dos menores de 13 anos de idade.

() d) No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; a proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente; respeito à intimidade e à imagem da criança e do

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



adolescente e intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;

26) Nos termos do art. 4º da Resolução 139 o CONANDA, deverá a Lei Orçamentária Municipal preferencialmente, estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares e custeio de suas atividades, considerando-se para estas finalidades as seguintes despesas:

- a) Custeio com água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar e outros;
- b) Custeio com mobiliário, formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;
- c) Custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, bem como transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção; e segurança da sede e de todo o seu patrimônio
- d) Todas as alternativas acima.

27) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com as disposições contidas nas Resoluções 75 e 139 do CONANDA:

- a) Não deverá ser admitida a composição de chapa, devendo a candidatura ser realizada individualmente.
- b) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser preferencialmente por eleição mediante sufrágio universal e indireto, mediante voto das entidades cadastradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) O processo deve ser regulamentado e conduzido pelo Ministério Público, sob a fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) O mandato será de cinco anos, permitida duas reconduções, mediante novo processo de escolha.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



28) Observando os parâmetros contidos nas Resoluções 75 e 139 do CONANDA, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, em caráter de urgência, convocará novo pleito para o preenchimento da vaga;
- b) É impedido de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homo afetivo, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive;
- c) A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos não implicará a perda de mandato por incompatibilidade com o exercício e outras funções;
- d) Na elaboração do regimento interno do Conselho Tutelar, não poderá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar qualquer tipo de propostas de alteração;

29) Tomando por base as características estabelecidas pelas Resoluções 75 e 139 do CONANDA, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em caso de extrema urgência, em situação emergencial de plantão, poderá o conselheiro tutelar responsável tomar decisões sem consultar o colegiado, sendo desnecessária a ratificação ou retificação pelo colegiado.
- b) As decisões do Conselho serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas;
- c) Em situação de emergencial, é permitido ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento;
- d) Cabe ao Conselho Tutelar a definição do plano de implantação do SIPIA para o Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



30) O capítulo IV da Resolução 139 do CONANDA, dispõem acerca dos parâmetros da autonomia do conselho tutelar e sua articulação com os demais órgãos na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste caso, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A autoridade do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção decorre da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

b) O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a acelerar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

c) As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

d) O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar impede que o Poder Judiciário seja acionado sempre que necessário.

31) Sobre a Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 é **CORRETO** afirmar:

a) Que a LOAS regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

b) Que a LOAS regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece o programa de erradicação da pobreza extrema para organização da assistência social, que é de competência Federal e este exige definição de leis municipais, normas e critérios objetivos para cadastramento da população empobrecida.

c) Que a LOAS regulamenta esse aspecto da Política Nacional da Assistência Social e estabelece planos, programas e projetos sociais para organização social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



() d) Que a LOAS regulamenta esse aspecto do SUAS e estabelece normas e critérios para organização da NOB-RH, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

32) Conforme a LOAS, Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 no que tange as definições e os objetivos pode-se afirmar que:

() a) A assistência social realiza-se de forma independente às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos salário mínimo, ao provimento de condições para atender contingências físicas e à universalização do SUAS.

() b) A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

() c) O Serviço Social realiza suas atividades de forma integrada às políticas governamentais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

() d) A assistência social realiza-se de forma integral às políticas sociais, visando ao enfrentamento da extrema pobreza, à garantia do salário mínimo, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização do SUAS.

33) Segundo a LOAS, Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 é CORRETO afirmar que:

() a) Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para prevenir situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, o adolescente portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de utilidade pública.

() b) Poderão ser estabelecidos, por decisão judicial, outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de desemprego, com prioridade para a criança, a mulher, o idoso, a pessoa portadora de deficiência que seja gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



() c) Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais, por intermédio das Entidades Sociais, para ajudar a atender necessidades advindas de situações sociais, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

() d) Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

34) Sobre a LOAS, Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993:

I- O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ouvidas as respectivas representações da sociedade civil dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput.

II- O Conselho Federal de Assistência Social (CFAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 35% (Trinta e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 7 (sete) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput.

III- O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



IV- O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações governamentais e não governamentais dele participantes, poderá impor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 7 (sete) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput.

ESTÃO CORRETAS:

- a) III. IV
- b) Somente a I
- c) Somente a II
- d) Somente a III

35) Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, é princípio da assistência social:

- I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- II- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- III- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- IV- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;

ESTÃO CORRETAS:

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



- a) III, IV, I
- b) II, IV, V
- c) Somente a I
- d) Todas afirmativas estão corretas

36) Sobre a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Dentre seus objetivos encontra-se a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O acolhimento institucional às crianças e aos adolescentes carentes;
- III - A promoção da integração ao mercado consumidor;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

ESTÃO CORRETAS:

- I, III, IV
- II, III
- I, IV
- Todas estão corretas

37) A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 sobre o Art.6º da Lei 8.742/1993 determina que a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). Logo sobre os OBJETIVOS desta lei é CORRETO afirmar:

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



- a) Busca Eliminar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- b) Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º;
- c) Estabelecer as responsabilidades dos entes familiares na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- d) Afiançar a vigilância sanitária e psicossocial e a garantia de direitos;

38) O Art. 20 da Lei nº 12435/2011 dispõe que:

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1/4 salário-mínimo mensal por pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- c) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- d) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais, que comprovem ou não, possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

39) Conforme a Lei 12.435/2011 no Art. 23 assinale a alternativa CORRETA:

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



- a) Entendem-se por serviços socioassistenciais quaisquer atividades que visem à melhoria financeira da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.
- b) Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades descontinuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.
- c) Entendem-se por serviços assistencialistas as atividades pontuais que visem o entretenimento da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.
- d) Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

40) O Art. 6º-C da Lei 12.435/2011 Determina que as proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. Sobre estes equipamentos públicos é CORRETO afirmar:

- a) O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores acessibilidades, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social especial às famílias.
- b) O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de desemprego, por violação sexual ou contingência, que demandam intervenções diversas da proteção social em geral.

**EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**



() c) Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social."

() d) O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços de saúde a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação sexual ou contingência, que demandam intervenções médicas especializadas da proteção social especial.

Questões dissertativas:

1 - Explique com suas palavras o que significa negligência e/ou abandono?

2 - O que observar quando se faz necessária uma visita institucional para fiscalização do atendimento a crianças e adolescentes?

3 - Quais são os primeiros procedimentos após receber a denúncia de uma possível violação de direitos em se tratando de uma criança e /ou adolescente?

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



4 - Como você avalia o papel do Conselho Tutelar na Rede de Proteção?

5. Análise de Caso: O Caso M.

M., sete anos de idade, vive com a mãe. O pai tenta visitar a criança, mas é impossibilitado quase sempre com a alegação de que a criança não passa bem e está sob tratamento médico. Segundo denúncia a criança não circula pela comunidade ou minimamente pelo quarteirão. Nunca viram a criança brincar na praça próxima a residência ou com amiguinhos, não toma sol, apresenta um número grande de faltas injustificáveis na escola. Enfim “dizem” que a criança vive trancada em casa com a mãe que parece estar alheia ao desenvolvimento do seu filho. Vizinhos perceberam que quase toda noite (segundo a fala do vizinho de apartamento e porteiro do prédio), considerando um dia sim e outro não, fazem solicitação de pizza. Neste apartamento residem a criança com a mãe e uma avó convalescente que não sai da cama em função de enfermidade física. Foi feita a denúncia ao Conselho Tutelar referente a possíveis violações de direito da criança.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



REDAÇÃO

A redação deve conter **Introdução** (apresentação), **Desenvolvimento** (clima) e **Conclusão** (desfecho);

Regras para elaboração da Redação:

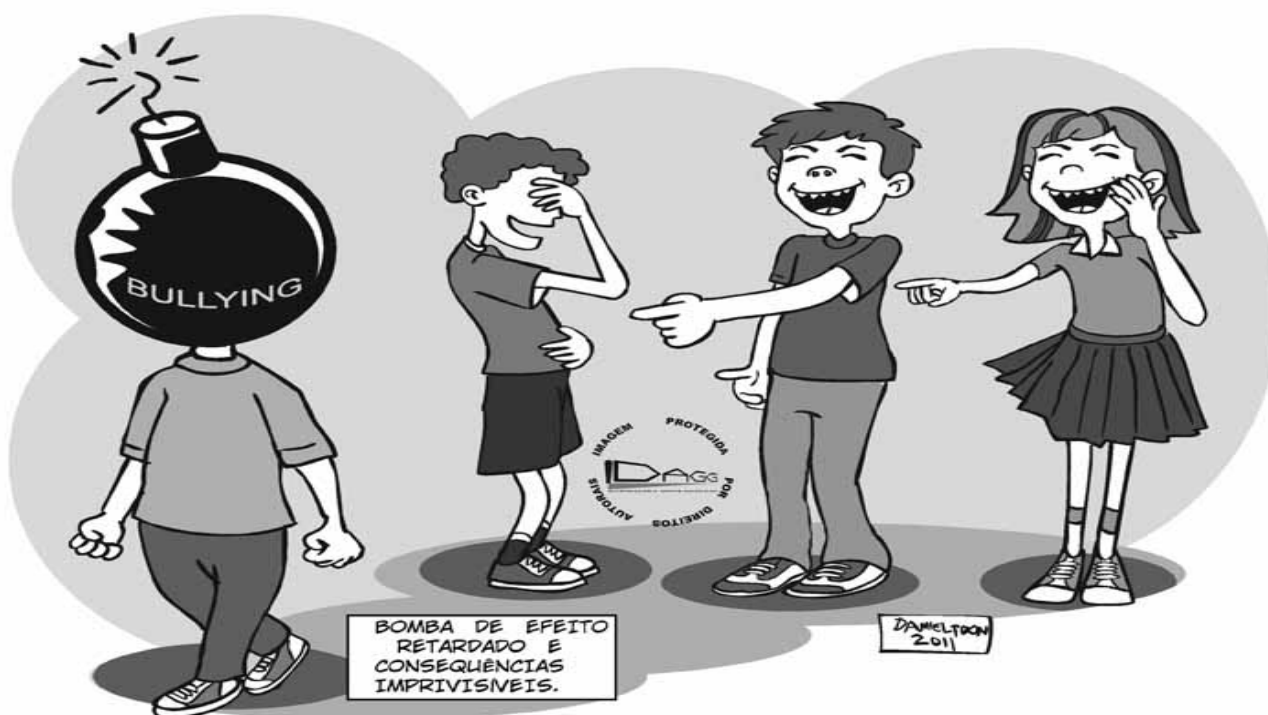
- 1º Passo** - Procure o melhor entendimento do tema. Leia com calma a proposta da redação.
- 2º Passo** - Se o tema for objetivo é sempre bom fazer busca de idéias antes de começar a redação. Se o tema for subjetivo, o melhor procedimento é a enumeração das idéias...
- 3º Passo** - Tema objetivo ou subjetivo, não tenha dúvidas: primeiro faça um esboço de seu texto, como um roteiro de viagem.
- 4º Passo** - Numa prova de redação, o que mais se observa no texto é a junção de idéias. E a melhor forma de alcançar a qualidade está na seleção dos aspectos a serem enfocados no texto.
- 5º Passo** - Por isso, é de bom tamanho saber previamente o que será discutido, analisado nos parágrafos da redação.
- 6º Passo** - Estructure a redação pelos parágrafos, sem perder de vista a coerência interna e a coerência externa, qualidades que não podem ser desprezadas pelo escritor.
- 7º Passo** - Alcançar-se a coerência com facilidade, para isso, basta não perder de vista o tema proposto e o período, tópicos dos parágrafos.
- 8º Passo** - Lembre-se: o período tópico forte estabelece a proposição capaz de exigir maiores cuidados do escritor e de prender a intenção do leitor.
- 9º Passo** - Contrapor idéias no texto torna -o mais dinâmico, e ao mesmo tempo demonstra que o escritor vai discutir, e não impor idéias.
- 10º Passo** - Todo esse primor pode ser prejudicado sem uma boa **revisão gramatical**. Afinal de contas, a correção tem seu destaque na redação.

EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Bullying?

O termo bullying compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais indivíduos contra outro, causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (indivíduos) e o desequilíbrio de poder são



as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima.

Tomando por base o texto acima e a charge, elabore um texto dissertativo sobre o assunto, apresentando ações que possam amenizar esta violência dentro da comunidade.

O texto deve seguir a norma culta da língua, com no mínimo 20 linhas e Maximo de 30 linhas. Importante: Não esqueça de dar título a sua redação.

